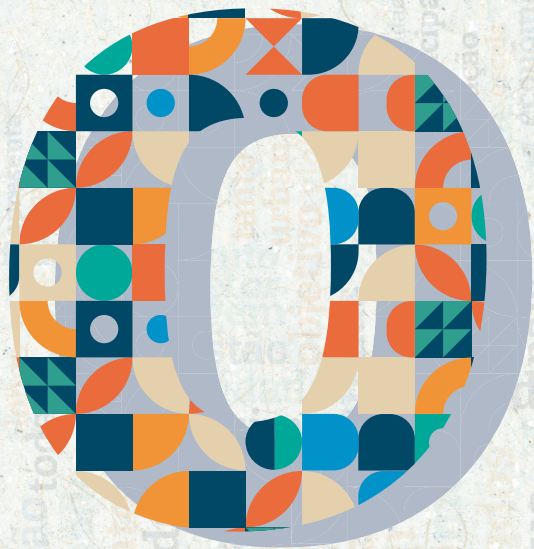




Organização
Klaus Frey
Pedro Henrique Campello Torres
Pedro Roberto Jacobi
Ruth Ferreira Ramos



Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Desafios para o planejamento
e a governança ambiental na
Macrometrópole Paulista



Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Desafios para o planejamento e a governança
ambiental na Macrometrópole Paulista

Organização

Klaus Frey (UFABC)

Pedro Henrique Campello Torres (USP)

Pedro Roberto Jacobi (USP)

Ruth Ferreira Ramos (UFABC)

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Desafios para o planejamento e a governança
ambiental na Macrometrópole Paulista



Santo André
2020

Sumário

Prefácio	8
Capítulo 1: Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no contexto da Macrometrópole Paulista – desafios e perspectivas <i>Klaus Frey, Pedro Henrique Campello Torres, Pedro Roberto Jacobi e Ruth Ferreira Ramos</i>	12
Capítulo 2: A furtiva saga dos ODM aos ODS <i>José Eli da Veiga</i>	20
Capítulo 3: ODS e a importância local <i>Daniele Vieira</i>	32
Capítulo 4: ODS e sociedade civil <i>Eduardo Gresse e Anita Engels</i>	40
Capítulo 5: ODS 1 – Erradicação da pobreza <i>Rodrigo Machado e Marcos Sorrentino</i>	55
Capítulo 6: ODS 2 – Fome Zero e agricultura sustentável <i>Tatiana Rotondaro, Anderson Bonilha, Cyro Assabira, Clara Camargo e Roberta Curan</i>	67
Capítulo 7: ODS 3 – Saúde e bem-estar <i>Renata Ferraz de Toledo, Vivian Angélica dos Santos Malva e Leandro Luiz Giatti</i>	79
Capítulo 8: ODS 4 – Educação de qualidade <i>Rosana Louro Ferreira Silva e Edson Grandisoli</i>	93
Capítulo 9: ODS 5 – Igualdade de gênero <i>Arlene Martinez Ricoldi e Roberta Guimarães Peres</i>	105
Capítulo 10: ODS 6 – Água potável e saneamento <i>Pedro Jacobi, Klaus Frey, Ruth Ferreira Ramos e Pedro Côrtes</i>	117
Capítulo 11: ODS 7 – Energia limpa e acessível <i>Andrea Lampis, Lira Luz Benites-Lazaro, Flávia Mendes de Almeida Collaço, João Marcos Mott Pavanelli, Raiana Schirmer Soares e Célio Bermann</i>	133
Capítulo 12: ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico <i>Eduardo Magalhães</i>	151
Capítulo 13: ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura <i>Iara Negreiros e Alex Abiko</i>	161

Capítulo 14: ODS 10 – Redução das desigualdades	
<i>Talita Anzei Gonsales, Benedito Roberto Barbosa e Francisco de Assis Comaru</i>	177
Capítulo 15: ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	
<i>Sandra Momm, Silvana Zioni, Luciana Travassos e Robson Moreno</i>	190
Capítulo 16: ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	
<i>Gina Rizpah Besen e Kauê Lopes dos Santos</i>	204
Capítulo 17: ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima	
<i>Pedro Henrique Campello Torres, Klaus Frey, Pedro Roberto Jacobi, Pedro Luiz Côrtes, Leila Vendrametto</i>	215
Capítulo 18: ODS 14 – Vida na água	
<i>Luciana Yokoyama Xavier, Leandra Gonçalves, Paulo Sinisgalli e Alexander Turra</i>	233
Capítulo 19: ODS 15 – Vida terrestre – Histórico, governança e perspectivas para a conservação dos ecossistemas terrestres na Macrometrópole Paulista	
<i>Adriane Calaboni, Melina de Souza Leite, Jéssica Silva Campanha, Camila Espezio de Oliveira, Roberto Ulisses Resende, João Marcos Mott Pavanelli, Leandro Reverberi Tambosi, Alexandre Toshiro Igari</i>	245
Capítulo 20: ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	
<i>José Blanes Sala e Gilberto M.A. Rodrigues</i>	262
Capítulo 21: ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	
<i>Klaus Frey, Jutta Gutberlet, Ruth Ferreira Ramos e Lidianne Alonso Paixão dos Anjos</i>	274
Capítulo 22: À guisa de conclusão	
<i>Klaus Frey, Pedro Henrique Campello Torres, Pedro Roberto Jacobi, Ruth Ferreira Ramos</i>	289
Sobre os autores	294
Anexos	303

Capítulo 4

ODS e sociedade civil

Eduardo Gresse e Anita Engels

Ao refletirmos sobre o engajamento da sociedade civil com objetivos globais para o desenvolvimento e sobre o seu papel na implementação da Agenda 2030 no Brasil, ao menos três questões devem ser consideradas. A primeira: Que fatores contribuem e quais limitam a atuação da sociedade civil na busca por um novo modelo de desenvolvimento? A segunda: Como movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm trabalhado, na prática, com os ODS? Finalmente: Em que medida o engajamento da sociedade civil com os ODS pode evitar retrocessos sociais, econômicos e ambientais e ao mesmo tempo contribuir para a implementação da Agenda 2030 no Brasil?

Para responder essas questões, dividimos este capítulo em três partes. A primeira seção traz uma breve análise histórica sobre a relação entre agendas políticas nacionais e a sociedade civil no Brasil à luz do debate sobre desenvolvimento sustentável. Em seguida, apresentamos coalizões da sociedade civil que têm se destacado no engajamento com os ODS no Brasil. Por fim, retornaremos às questões centrais do capítulo, apontando alguns dos principais desafios, limitações e oportunidades para a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

De modo geral, argumentamos que a agenda política nacional e a situação socioeconômica do país em um dado momento são dois fatores que fundamentalmente facilitam ou limitam a atuação da sociedade civil na busca por um novo modelo de desenvolvimento. Além disso, defendemos que a criação de uma frente ampla para o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos canais de comunicação e a pressão social por parte de diversos atores da sociedade brasileira são medidas cruciais para evitar retrocessos e ajudar o país a cumprir com os compromissos assumidos na ONU.

1. AGENDAS POLÍTICAS NACIONAIS E O ENGAJAMENTO SOCIAL COM INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O engajamento da sociedade brasileira com questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável vem de longa data. Antes mesmo da ampla utilização do conceito “desenvolvimento sustentável” por governos e organizações no país e no mundo afora, atores da sociedade civil já se mobilizavam para enfrentar problemas ambientais e socioeconômicos. Desde os anos 1970, organizações da sociedade civil e movimentos sociais têm se mobilizado no Brasil em torno de agendas que reivindicam um novo modelo de desenvolvimento criando, assim, novos espaços e formas de participação social na governança do que viria a ser definido, anos depois, como desenvolvimento sustentável (Hochstetler; Keck, 2007; Jacobi, 1999).

Após duas décadas de ditadura militar (1964-1985), a organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra ou ECO-92, foi a primeira grande oportunidade para a participação da sociedade civil brasileira no debate sobre o desenvolvimento do país. A realização deste megaevento no Brasil foi influenciada, entre outras coisas, pela pressão de movimentos sociais diante da escalada do desmatamento na Amazônia e do assassinato do ativista político e ambientalista Chico Mendes (Lago, 2013, p. 84-101). Realizada em 1992, a ECO-92 foi um passo importante para a maior participação da sociedade civil brasileira nos debates e na articulação de agendas para o desenvolvimento sustentável (Carvalho, 2012; Lago, 2013; Santilli; Santilli, 2009).

Na sequência da *Cúpula do Milênio* das Nações Unidas, o Brasil comprometeu-se com os esforços para o alcance dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos pela ONU até 2015. Durante a vigência dos ODM (2000-2015), o Brasil avançou rumo ao cumprimento da maioria dos objetivos e metas acordadas, superando, inclusive, alguns deles (Ipea, 2014; MDG Indicators). Entre 2003 e 2013, com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo a uma média de 3,78% ao ano (World Bank) e os níveis de desemprego e pobreza caindo significativamente (Silva; Almeida; Strokova, 2015), o país viveu um período de importante progresso socioeconômico e relativa estabilidade. Neste contexto, os processos de disseminação e implementação dos ODM no Brasil contaram com o apoio voluntário de diversos atores sociais e intensa colaboração entre atores governamentais e representantes da sociedade civil (Instituto Ethos, 2006; MNCS, 2013; ODM Brasil, 2013; Portal Brasil, 2013). Porém, esse cenário favorável à implementação de objetivos globais para o desenvolvimento no Brasil mudaria radicalmente pouco tempo depois. Os primeiros sinais de uma grande mudança conjuntural começaram a aparecer ainda durante o período dos ODM.

Em 2012, quando o Brasil celebrava os avanços socioeconômicos e ambientais alcançados no período dos ODM (IPEA, 2014; Silva et al., 2015) – estes últimos

no que diz respeito à importante redução na taxa de desmatamento na Amazônia (INPE, 2019) – o país sediou aquela que ficou conhecida como a maior conferência da ONU de todos os tempos (ONU Brasil, 2012). Duas décadas depois da ECO-92, a cidade do Rio de Janeiro receberia a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20. Marcada pela ampla participação de atores não estatais, a Rio+20 assistiu também a uma série de protestos contra a política ambiental do governo Dilma Rousseff e seus iminentes retrocessos socioambientais, com destaque para o Novo Código Florestal e a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (Época, 2012; Portal EBC, 2012). Além disso, apesar de lançar as bases para a criação, de maneira participativa, de uma Agenda Pós-2015, a Rio+20 foi muito criticada pela falta de compromissos concretos por parte dos governos (Biermann, 2013; Guimarães; Fontoura, 2012).

A partir de junho de 2013, o crescente descontentamento de setores da sociedade brasileira com seus governantes e com muitos dos persistentes problemas estruturais no país, tais como a baixa qualidade dos serviços públicos e os altos índices de violência e corrupção, levou milhões de pessoas a tomarem as ruas do país. As mobilizações de massa que ocorreram em 2013 e nos anos seguintes incluíram uma ampla reconfiguração do ativismo social e resultaram no surgimento de novos espaços, atores e conflitos sociais no Brasil (Pleyers; Bringel, 2015). A disputadíssima eleição presidencial de 2014 e a crescente mobilização, logo em seguida, de boa parte dos novos atores sociais pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff culminaram em uma enorme polarização política e em muitos conflitos no país (Pleyers; Bringel, 2015). Portanto, o período de transição entre os ODM e os ODS, apesar de ter contado com a participação de representantes do governo e da sociedade civil brasileira (por exemplo, Instituto Ethos, 2015; SESCO, 2015), foi marcado por muita instabilidade no país.

Desde que a Agenda 2030 foi ratificada na ONU, o Brasil tem enfrentado graves crises políticas, econômicas, sociais e ambientais. Em 2016, a destituição de Dilma Rousseff foi aprovada pelo Congresso e o então vice-presidente Michel Temer assumiu o comando do país. Apesar de criar espaço para participação social, com o estabelecimento da Comissão Nacional para os ODS, e de lançar um Relatório Voluntário na ONU destacando iniciativas para a implementação da Agenda 2030 no Brasil (Presidência da República do Brasil, 2017), o governo Temer adotou, desde o início, medidas duramente criticadas por irem na contramão dos ODS (ver, por exemplo, GT Agenda 2030) e uma agenda política que foi incapaz de conter as graves crises enfrentadas no país.

Uma das consequências dessa persistente instabilidade foi a eleição de um presidente cuja agenda política é explícita e radicalmente oposta aos princípios e objetivos que a Agenda 2030 propõe. Entre as inúmeras declarações polêmicas durante a campanha eleitoral, o então candidato Jair Bolsonaro chegou a afirmar que tiraria o país da ONU, caso fosse eleito (Portal G1, 2018). Além disso, Bolsonaro anunciou, logo

nos primeiros dias de governo, mudanças drásticas nas atribuições do Ministério do Meio Ambiente (Folha de SP, 2019; Instituto Socioambiental, 2019) e a extinção da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, órgão que era responsável pelas negociações climáticas do Brasil no âmbito da ONU. Com essa mudança, a área em que o Brasil tem um histórico de protagonismo em reuniões internacionais foi retirada da estrutura do Ministério das Relações Exteriores e passou a fazer parte da nova Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, refletindo o teor nacionalista do governo atual (Valor Econômico, 2019). Além disso, através do Decreto n. 9.806, o governo alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), reduzindo drasticamente a participação da sociedade civil na governança ambiental do país (Presidência da República, 2019).

Apesar da crescente articulação e influência de movimentos de extrema direita nos últimos anos, é possível observar também a consolidação de iniciativas da sociedade civil brasileira para a implementação da Agenda 2030 no Brasil. Na verdade, organizações da sociedade civil e movimentos sociais têm se mobilizado em prol da nova agenda global desde o processo de negociação dos ODS na ONU.

2. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NO BRASIL

Conforme discutido anteriormente, a agenda dos ODM contou com o apoio voluntário de movimentos sociais que, em colaboração com atores governamentais, promoveram os ODM em todo o país. Nesse contexto, o cenário político e socioeconômico favorável, a criação de certificados e prêmios para reconhecer as “melhores práticas” com relação aos ODM e os esforços de múltiplos atores para o que ficou conhecido como “tropicalização” ou “municipalização” dos ODM foram fundamentais para implementar essa agenda no Brasil (FIEP, 2010; Instituto Ethos, 2006; ODM Brasil, 2013; ODM Universidades, 2009; ONU Brasil, 2014).

A despeito das graves crises que atingem o país desde o período de transição dos ODM para os ODS e da falta de prioridade por parte dos governos nacionais com políticas para o desenvolvimento sustentável desde que a Agenda 2030 foi lançada, novas organizações, redes e projetos engajados com os ODS têm surgido no Brasil. De governos locais e estaduais a organizações do setor privado, academia e da sociedade civil, inúmeros atores têm trabalhado para a disseminação e implementação¹ dos ODS em diferentes partes do país (por exemplo, Benchmarking Brasil; CNM, 2017; Governo da Paraíba, 2017; Governo do Estado de São Paulo, 2017; Prefeitura da Itajaí, 2018; Prefeitura de Barcarena, 2018; Rede ODS Universidades; SESI, 2016; UGT, 2016). No

¹ Outros termos utilizados para descrever esses processos são: “interiorização” e “localização” dos ODS. Para maiores detalhes ver, por exemplo, Presidência da República do Brasil (2017); PNUD (2016).

que diz respeito à participação da sociedade civil nesses processos, quatro coalizões merecem destaque: (1) o *Movimento Nacional ODS Nós Podemos*, (2) o *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030*, (3) a *Rede ODS Brasil* e (4) a *Estratégia ODS*.

Movimento Nacional ODS Nós Podemos

A primeira coalizão formada no Brasil para promover a Agenda 2030 surgiu, na verdade, durante o período de implementação dos ODM. O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNSC) foi criado em 2004, a partir da iniciativa de organizações da sociedade civil em parceria com a então Secretaria Geral da Presidência da República e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (MNODS, 2016a). Com o término da vigência dos ODM e a criação dos ODS, essa coalizão de representantes da sociedade civil, empresas e governos passou a se chamar Movimento Nacional ODS Nós Podemos.

Autodenominado “movimento apartidário, ecumênico e plural”, o MNODS conta com representantes de todos os estados brasileiros e tem como missão articular e mobilizar todos os setores da economia e da sociedade brasileira para promover o alcance dos ODS em nível municipal, estadual e nacional (MNCS, 2013; MNODS). No Estado de São Paulo, por exemplo, o MNODS articulou iniciativas junto ao poder público (MNODS, 2016b) e um de seus principais membros, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), promoveu diferentes projetos para disseminar os ODS (SESCP, 2018; UGT, 2016). Por conta de seu trabalho com os ODS, a UGT foi uma das organizações nomeadas como representantes da sociedade civil na Comissão Nacional para os ODS (Comissão Nacional ODS Brasil, 2017).

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030

Estabelecido formalmente em setembro de 2014, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, ou GT Agenda 2030, é uma coalizão formada por cerca de quarenta membros, de organizações não governamentais e movimentos sociais a fóruns e fundações brasileiras. Atuando desde os processos de negociação e criação da Agenda 2030, o GT tem como objetivos principais divulgar os ODS e mobilizar a sociedade civil de forma a promover o desenvolvimento sustentável de maneira ampla, inclusiva e participativa. Dessa forma, o grupo atua na disseminação e no monitoramento da Agenda 2030, buscando influenciar a sua implementação junto ao governo brasileiro e ao sistema das Nações Unidas (GT Agenda 2030).

Entre as principais realizações do GT Agenda 2030 destaca-se a elaboração de três edições do chamado Relatório Luz da Agenda 2030. Esses relatórios foram elaborados como forma de prestação de contas quanto à implementação da agenda global no Brasil. Assim, eles trazem dados e análises que formam um diagnóstico sobre a situação do Brasil à luz dos ODS. Além disso, o GT Agenda 2030 apresenta uma série de recomendações práticas sobre o que o país precisa fazer para reverter a atual situação e buscar o alcance dos objetivos e metas acordados na ONU até 2030

(GT Agenda 2030, 2017, 2018, 2019b; ONU Brasil, 2017). O GT Agenda 2030 está representado pela ONG Visão Mundial na Comissão Nacional para os ODS (GT Agenda 2030, 2019a).

Rede ODS Brasil

Criada em julho de 2015 como um coletivo suprapartidário, a Rede ODS Brasil é uma coalizão que também trabalha pela articulação política em prol da Agenda 2030. O principal objetivo da rede é promover a implementação da Agenda 2030 no Brasil de forma ampla, mais especificamente nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instituições de ensino, pesquisa, extensão e inovação, e nos espaços institucionalizados de participação social. A Rede ODS Brasil visa também a estabelecer parcerias e fomentar ações colaborativas para promover a agenda global no país (Rede ODS Brasil).

Contando com a participação de atores da sociedade civil, a rede é composta majoritariamente por atores governamentais e tem como instituição cofundadora e principal apoiadora a Prefeitura do Município de Barcarena, no Pará (Rede ODS Brasil, 2018a). Entre as realizações da Rede ODS Brasil destacam-se a organização de uma série de eventos e a publicação de documentos com o intuito de promover a implementação da Agenda 2030 nos municípios do país (PNUD, 2018; Rede ODS Brasil, 2018b).

Estratégia ODS

Lançada poucos dias antes da ratificação da Agenda 2030 na ONU, a Estratégia ODS é uma coalizão que reúne organizações da sociedade civil, do setor privado, da academia e governos locais com o propósito de facilitar o debate sobre os ODS e a implementação da Agenda 2030 no Brasil (Estratégia ODS). Atuando em três principais frentes (Comunicação & Formação, Advocacy e Projetos Estratégicos), essa coalizão tem como objetivo fortalecer o compromisso da sociedade brasileira com a Agenda 2030, seus objetivos e metas (Ibid.).

A Estratégia ODS tem articulado uma série de atores pelo Brasil com foco especial em políticas públicas. Uma iniciativa nesse sentido é a realização de diferentes edições do ODS Lab, um laboratório de diálogo e construção coletiva de soluções para o desenvolvimento sustentável (ODS Lab). Cabe ressaltar que um dos membros dessa coalizão, o Instituto Ethos, participou da transição dos ODM para os ODS e integra a Comissão Nacional para os ODS, representando o setor privado (Instituto Ethos, 2015). Outro membro da Estratégia ODS que faz parte dessa comissão, como representante da sociedade civil, é a Fundação Abrinq (Comissão Nacional ODS Brasil, 2017).

Essas quatro coalizões da sociedade civil foram destacadas pelo governo federal no *Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS*, apresentado em 2017 na ONU (Presidência da República do Brasil, 2017, p. 34-37). Além delas, vale mencionar também outra importan-

te iniciativa para a implementação da Agenda 2030 em nível local. Trata-se do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), um projeto iniciado em 2012 com o objetivo de oferecer ferramentas para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras. Estabelecida por iniciativa da Rede Nossa São Paulo, da Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis e do Instituto Ethos, o PCS se engaja com os ODS desde 2016, quando suas ações de advocacy tiveram destaque ao levarem centenas de candidatos ao Executivo a assinarem um termo de compromisso com a execução do Plano de Metas e a inclusão dos ODS em seus programas de governo (Presidência da República do Brasil, 2017, p. 36-37; Programa Cidades Sustentáveis, 2016).

Em síntese, a existência de múltiplas coalizões e as realizações destas iniciativas indicam que atores da sociedade civil brasileira têm se mobilizado amplamente pela implementação da Agenda 2030. Neste sentido, movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm atuado em três principais frentes: (1) monitoramento, (2) comunicação e (3) advocacy.

Em primeiro lugar, a sociedade civil brasileira tem monitorado a implementação da Agenda 2030 ao acompanhar de perto as agendas governamentais, suas políticas públicas e a evolução de dados socioeconômicos, ambientais, etc., à luz dos ODS. Além disso, ela tem se empenhado na divulgação da agenda, seus objetivos e metas, bem como no diálogo e na capacitação de atores sociais. Finalmente, a sociedade civil tem atuado na articulação política, na elaboração de ferramentas e propostas, e na pressão social para a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

De fato, a sociedade civil brasileira tem conseguido dar visibilidade aos ODS e aos desafios que o país enfrenta na busca por um novo modelo de desenvolvimento. O engajamento da sociedade civil foi crucial, por exemplo, para a criação da Comissão Nacional para os ODS e a articulação de uma Frente Parlamentar para os ODS (GIFE, 2016; GT Agenda 2030, 2016).² No entanto, as graves crises que têm afetado o país nos últimos anos e, sobretudo, a agenda política do governo atual colocam em sério risco tanto a atuação da sociedade civil quanto a busca pelo desenvolvimento sustentável.

3. DESAFIOS, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NO BRASIL

A análise apresentada neste capítulo revela dois principais fatores que contribuem ou limitam a atuação da sociedade civil na busca por um novo modelo de desenvolvimento: (1) a agenda política nacional vigente e (2) a situação socioeconômica do país.

² De acordo com o site da Câmara dos Deputados, o requerimento para a criação oficial de uma Frente Parlamentar para os ODS foi arquivado por decisão da Presidência da República em 31.01.2019. Mais informações em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2121414>.

De fato, tanto a convergência política em torno de agendas de desenvolvimento quanto o progresso socioeconômico no Brasil facilitaram a cooperação entre governos e atores da sociedade civil e a implementação dos ODM durante os governos Lula e o primeiro governo Dilma Rousseff. No entanto, o desenvolvimento testemunhado no país entre 2003 e 2013 acabou revelando-se uma história de sucesso de curto prazo com avanços muito importantes e sem precedentes, porém insuficientes para resolver problemas estruturais e colocar o país no rumo do desenvolvimento sustentável (Gresse; Mattos; Peters, 2017).

Quando a Agenda 2030 e os ODS foram acordados na ONU, o Brasil já vivenciava uma série de crises que se agravaram ao longo do tempo e levaram o país a um caminho oposto ao preconizado pela agenda. Diante de muitas divergências políticas e de um cenário de agravamento da crise socioeconômica no país, a Agenda 2030 esteve longe das prioridades do segundo governo Dilma Rousseff. Na sequência, o governo Temer (2016-2018) manteve os compromissos com os ODS e criou espaço para participação social, mas também não priorizou a agenda nem foi capaz de conter as crises política, econômica e social no país. Apesar do contínuo engajamento da sociedade civil com os objetivos globais, sua atuação e a colaboração com atores governamentais neste período foram prejudicadas pela enorme instabilidade do país e pela agenda política de Temer, que foi alvo de contestação por estar na contramão dos ODS.

A eleição de Jair Bolsonaro, por sua vez, representa uma ruptura sem precedentes no que diz respeito ao engajamento do país com iniciativas para o desenvolvimento sustentável. Em menos de um ano de governo, Bolsonaro e sua equipe já deram sinais claros de que compromissos globais com o desenvolvimento sustentável estão e permanecerão completamente fora das prioridades do governo. Assim, a agenda política nacionalista e ultraconservadora do governo atual ameaça importantes conquistas sociais no que diz respeito aos direitos humanos e coloca em risco décadas de esforços para a proteção do meio ambiente.

Portanto, à luz do contexto brasileiro, concluímos que a agenda política nacional em vigor e a situação socioeconômica do país em um dado momento são dois fatores que fundamentalmente contribuem ou limitam a atuação da sociedade civil na busca por um novo modelo de desenvolvimento. Enquanto governos anteriores apoiavam a Agenda 2030, ainda que retórica e simbolicamente, a nova administração se posiciona claramente contra o multilateralismo e menospreza organismos internacionais como a ONU (ver, por exemplo, BBC Brasil, 2019). Desse modo, espera-se que a atual agenda política nacional dificulte sobremaneira os esforços para a implementação da Agenda 2030. Tal situação pode se agravar caso o governo seja incapaz de conter as persistentes crises socioeconômicas que assolam o país. De qualquer forma, é de se esperar também que a sociedade civil brasileira permaneça fortemente mobilizada e engajada com a Agenda 2030 e os ODS.

Ao longo dos últimos anos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm estabelecido importantes coalizões e trabalhado com os ODS em três principais frentes no Brasil: (1) monitoramento, (2) comunicação e (3) advocacy. Além de levar os ODS, seus desafios e demandas para diferentes regiões do país, tais esforços da sociedade civil foram fundamentais para criar canais de comunicação da sociedade com governantes, servidores públicos, acadêmicos e representantes de diversas áreas do setor privado.

A despeito do contexto atual extremamente desfavorável, o histórico recente de engajamento social e articulação política em prol dos ODS aponta para ao menos três maneiras de evitar mais retrocessos e contribuir para a implementação da Agenda 2030 no Brasil. Em primeiro lugar, argumentamos que a mobilização política de atores de diversos setores da sociedade brasileira em torno de uma frente ampla para o desenvolvimento sustentável é fundamental para evitar a desarticulação de iniciativas e facilitar a sinergia entre as coalizões existentes. Assim, é possível aumentar a capacidade de incidência da sociedade brasileira junto ao poder público para que os compromissos assumidos pelo país com o desenvolvimento sustentável sejam cumpridos. Apesar das dificuldades de se estabelecer uma frente ampla em um contexto de polarização política e conflitos sociais, importantes atores já têm se unido em prol da Agenda 2030 no Brasil (GT Agenda 2030; Rede ODS Brasil, 2019; O Globo, 2019).

Ampliar ainda mais os canais de comunicação dos movimentos e organizações sociais com a sociedade em geral é outra maneira de evitar retrocessos e contribuir com a Agenda 2030. Seja através de eventos, publicações ou mídias sociais, a divulgação da agenda de modo simples e didático e a troca de experiências entre diversos atores sociais são medidas fundamentais para fomentar o diálogo e ampliar a legitimidade e o apoio às articulações políticas em prol do desenvolvimento sustentável.

Por fim, defendemos que pressionar os governantes a colocar em prática os compromissos retoricamente assumidos com a Agenda 2030 é imprescindível. Dessa forma, a pressão social pode fazer com que o engajamento de atores governamentais através de práticas simbólicas e discursivas (por exemplo, Governo do Estado de São Paulo, 2015; 2016) seja traduzido em compromissos vinculantes, como políticas públicas e projetos de lei coerentes com os ODS. Para que estes esforços sejam bem-sucedidos, é importante que a sociedade civil continue monitorando as ações dos governantes brasileiros e denunciando as medidas que vão na contramão dos ODS.

Ainda que as propostas acima sejam insuficientes para garantir a implementação da Agenda 2030 e o alcance dos ODS, elas podem criar as bases para a consolidação e o sucesso de agendas políticas capazes de reverter o quadro atual no Brasil. Nesse sentido, argumentamos que a participação da sociedade civil é imprescindível tanto para evitar retrocessos quanto para ajudar o país a cumprir com os compromissos assumidos na ONU e resolver muitos de seus problemas estruturais.

REFERÊNCIAS

BBC Brasil. **Bolsonaro vai a Davos: como o novo governo reposiciona o Brasil no xadrez internacional.** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46924169>.

BENCHMARKING Brasil. **As boas práticas e os ODS.** Disponível em: <https://benchmarkingbrasil.com.br/as-boas-praticas-e-os-ods/>.

BIERMANN, F. Curtain down and nothing settled: global sustainability governance after the ‘Rio+ 20’ Earth Summit. **Environment and Planning C: Government and Policy**, 31(6), 1099–1114, 2013.

BRASIL. Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9806.htm.

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2017/junho/pais-avanca-na-implementacao-dos-ods>.

CARVALHO, E. **Considerada fracasso na época, Rio 92 foi ‘sucesso’ para especialistas:** Conferência da ONU tornou popular termo ‘desenvolvimento sustentável’. Com ela, foram criados acordo para o clima, biodiversidade e a Agenda 21. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/considerada-fracasso-na-epoca-rio-92-foi-sucesso-para-especialistas.html>

CNM. **CNM lança mandala que ajuda municípios a localizarem os ODS.** 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/index.php/comunicacao/noticias/cnm-lanca-mandala-que-ajuda-municipios-a-localizarem-os-ods>.

COMISSÃO NACIONAL ODS BRASIL. **Comissão Nacional para os ODS: Plano de Ação 2017-2019.** Brasília, 2017.

ÉPOCA. **Marcha a ré:** protesto contra política ambiental de Dilma. 2012. Disponível em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2012/06/19/marcha-a-re/>.

ESTRATÉGIA ODS. Estratégia ODS. Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/estrategia-ods/>.

FIEP. **Portal ODM traz indicadores sociais de todos os municípios brasileiros.** 2020. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/News2028content92161.shtml>.

FOLHA DE SP. **Ministério do Meio Ambiente perde serviço florestal para a Agricultura.** 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-perde-servico-florestal-para-a-agricultura.shtml>.

GIFE. **Participação social na Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2016. Disponível em: <https://gife.org.br/comissao-nacional-ods/>.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Gestão Unificada adere à Agenda ODS 2030 das Nações Unidas**. 2017. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/gestao-unificada-adere-a-agenda-ods-2030-das-nacoes-unidas/>.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Governo de São Paulo assina termo que viabiliza ODS**: Assinatura do documento para criação de grupo que vai trabalhar as bases de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 2015. Disponível em: <https://www.ambiente.sp.gov.br/2015/09/governo-de-sao-paulo-assina-termo-que-viabiliza-ods/>.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Palácio dos Bandeirantes ergue a bandeira do ODS**: Cerimônia de hasteamento simboliza adesão do Governo do Estado ao movimento das Nações Unidas pelo desenvolvimento sustentável. 2016. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/multimedia/fotos/palacio-dos-bandeirantes-ergue-a-bandeira-do-ods-2/>.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Governo de SP promove workshop sobre desenvolvimento sustentável**: Evento no Palácio dos Bandeirantes contou com a presença do cartunista Mauricio de Sousa e de representantes da ONU. 2017. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-do-estado-promove-workshop-sobre-desenvolvimento-sustentavel/>.

GRESSE, E. G.; MATTOS, F. P. DE; PETERS, D. A Brazilian Perspective on Development and R2P: Analysing the linkages between domestic and foreign policies under Lula da Silva and Dilma Rousseff. In: KRAUSE, D.; PETERS, D. (Eds.). Southern democracies and the responsibility to protect: perspectives from India, Brazil and South Africa. Nomos Verlag. **Studien zur Friedensethik**, v. 60, p. 101-147, 2017.

GT Agenda 2030. **Quem somos**. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/quem-somos-2/>.

GT Agenda 2030. **Relatórios Luz** (2017 e 2018). Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/biblioteca/relatorios-luz/>.

GT Agenda 2030. **Grupo de trabalho da sociedade civil sobre a Agenda 2030 e ODS realiza seminário e audiência pública na Câmara dos Deputados**. 2016. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/2016/12/14/grupo-de-trabalho-da-sociedade-civil-sobre-a-agenda-2030-e-ods-realiza-seminario-e-audiencia-publica-na-camara-dos-deputados/>.

GT Agenda 2030. **Relatório Luz brasileiro causa impacto na ONU**. 2017. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/2017/07/15/relatorio-luz-brasileiro-causa-impacto-na-onu/>.

GT Agenda 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Síntese II**. 2018. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz-2018-autoria/>.

GT Agenda 2030. Comissão Nacional para os ODS realiza sua primeira reunião de 2019. 2019a. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/2019/02/13/comissao-nacional-para-os-ods-realiza-sua-primeira-reuniao-de-2019/>.

GT Agenda 2030. **III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Brasil**. 2019b. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 website disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2019/>.

GT Agenda 2030; Rede ODS Brasil. **Nota de Repúdio à Desistência do Governo Brasileiro de Apresentar Relatório sobre os ODS na ONU**. 2019 Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/2019/07/02/nota-de-repudio-a-desistencia-do-governo-brasileiro-de-apresentar-relatorio-sobre-os-ods-na-onu/>.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. R. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012.

HOCHSTETLER, K.; KECK, M. E. **Greening Brazil**: environmental activism in state and society. Durham & London: Duke University Press, 2007.

INPE. **Projeto Prodes**: Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. 2019. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>.

INSTITUTO ETHOS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Rede Ethos de Jornalistas. Empresas e Responsabilidade Social. São Paulo. 2006. Disponível em: https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/05/pubPOR_Objeto_de_Desenv_do_Milenio_1edi.pdf.

INSTITUTO ETHOS. **Ethos participa de reunião da ONU sobre transição dos ODM para os ODS**. 2015. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-agenda-global-ethos-participa-de-reuniao-da-onu-sobre-transicao-dos-odm-para-os-ods/#.WSvpv9ykKpo>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O que muda (ou sobra) no Meio Ambiente com a reforma de Bolsonaro?** 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-muda-ou-resta-no-meio-ambiente-com-a-reforma-de-bolsonaro>.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Ipea, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatorioodm.pdf.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e sociedade**, v. 8, p. 31-48, 1999.

LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MDG Indicators. **Millennium development goals indicators: the official United Nations site for the MDG Indicators**. 2015. Disponível em: <https://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx>.

MNCS. **Diretrizes Nacionais**: Diretrizes do funcionamento do movimento nacional pela cidadania e solidariedade. Nov. 2013. Disponível em: cimpolosul.com.br/cimpolosul/download.php?id=70.

MNODS. **O movimento**. Disponível em: <https://www.odsnospodemos.org/o-movimento>.

MNODS. **Histórico**: o Movimento Nacional e os ODS. 2016a Disponível em: <https://www.odsnospodemos.org/historico-e-resultados>.

MNODS. **Presidente da Alesp apoia iniciativa do Movimento Nacional ODS São Paulo**. 2016b. Disponível em: <https://www.odsnospodemos.org/single-post/2016/08/29/presidente-da-alesp-apoia-iniciativa-do-movimento-nacional-ods-s%c3%83o-paulo>.

O GLOBO. **País sustentável requer união de setores da sociedade**: Seminário Brasil Futuro realizado pelo GLOBO discute desafios para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/pais-sustentavel-requer-uniao-de-setores-da-sociedade-23483401?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=Informativo+E-thos+-+n%26ordm%3B+801.

ODM Brasil. **Municipalização dos ODM e participação social**. 2013. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos>.

ODM Universidades. **ODM Universidades**: Cooperação internacional e conhecimento a serviço da vida, 2009.

ODS Lab. **Website ODS Lab**. Disponível em: <https://odslab.org.br/>.

ONU Brasil. **Brasil recebe a maior Conferência das Nações Unidas**. 2012. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-recebe-a-maior-conferencia-das-nacoes-unidas/>.

ONU Brasil. **Comissão de jurados define projetos vencedores do Prêmio ODM Brasil**: Trinta práticas premiadas colaboram para criar um novo padrão de desenvolvimento e organização da sociedade brasileira. 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-vencedores-do-premio-odm-brasil/>.

ONU Brasil. **ONGs apresentam relatório sobre implementação dos objetivos globais no Brasil. 2017**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/ongs-apresentam-relatorio-sobre-implementacao-dos-objetivos-globais-no-brasil/>.

PLEYERS, G.; BRINGEL, B. Junho de 2013...dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nova Sociedade**, 2015, p. 4-17. Disponível em: https://dial.uclouvain.be/downloader/downloader.php?pid=boreal:172074&datastream=PDF_01&disclaimer=5cc21dea30a690f2df39c84423e12ed7a07abd55d04ea67fb76493487bdeff32.

PNUD. **Roteiro para a localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável:** implementação e acompanhamento no nível subnacional. 2016. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html>.

PNUD. **Publicação ressalta papel do Legislativo na implementação dos ODS.** 2018. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/publicacao-ressalta-papel-do-legislativo-na-implementacao-dos-od.html>.

PORTAL BRASIL. **Movimento pela Cidadania Solidária facilita difusão dos ODM no País.** 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/11/movimento-pela-cidadania-solidaria-facilita-difusao-dos-odm-no-pais>.

PORTAL EBC. **Movimentos fazem manifestação no centro do Rio contra o Código Florestal.** 2012. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/especiais/rio20/noticias/movimentos-fazem-manifestacao-no-centro-do-rio-contr-o-codigo-florestal/>.

PORTAL G1. **Bolsonaro diz que vai tirar Brasil da ONU se for eleito presidente.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/18/bolsonaro-diz-que-vai-tirar-brasil-da-onu-se-for-eleito-presidente.ghtml>.

PREFEITURA DA ITAJAÍ. **PEMI implantará os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos próximos anos:** Estas ações compõem, junto com as referências de administração, o planejamento estratégico do Município de Itajaí. 2018. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/20303/pemi-implantara-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-nos-proximos-anos#.XEXrzyAxlAQ>.

PREFEITURA DE BARCARENA. Plano Plurianual 2018-2021. Lei Municipal n. 2.200, de 26 de dezembro de 2017. 2018. Disponível em: <https://www.barcarena.pa.gov.br/portal/transparencia>.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Relatório Anual Programa Cidades Sustentáveis: 2015-2016. 2016 Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/oprograma>.

REDE ODS BRASIL. **Carta de Princípios.** Disponível em: <https://www.redeodsbrasil.org/carta-de-principios>.

REDE ODS BRASIL. **Instituições membros.** 2018a. Disponível em: <https://www.redeodsbrasil.org/single-post/2018/07/11/Instituicoes-membros>.

REDE ODS BRASIL. **Retrospectiva 2018.** Disponível em: <https://www.redeodsbrasil.org/single-post/2018/12/26/Retrospectiva-2018>.

REDE ODS BRASIL. **Educar para sustentar a vida.** Disponível em: <http://www.redeodsuniversidades.ueg.br/>.

SANTILLI, J.; SANTILLI, M. Desenvolvimento socioambiental: uma opção brasileira. In: Pádua, J. A. (Ed.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte, São Paulo: Editora UFMG; Editora Peirópolis: 2009. p. 276-301.

SESCP. **Evento que marca a transição dos ODM para ODS no Brasil homenageia presidente da UGT**. 2015. Disponível em: <http://www.comerciarios.org.br/index.php/post/8439-Evento-que-marca-a-transicao-dos-ODM-para-ODS-no-Brasil-homenageia-presidente-da-UGT>.

SESCP. **Sindicato participa do Dia Global da Ação para os ODS**. 2018. Disponível em: <http://www.comerciarios.org.br/post/16609-Sindicato-participa-do-Dia-Global-da-Acao-para-os-ODS>.

SESI, Prêmio Sesi ODS 2016: **Regulamento. 2016**. Disponível em: [http://www.sesipr.org.br/uploadAddress/regulamento_Premio_Sesi_ODS_Versao_Final\[71088\].pdf](http://www.sesipr.org.br/uploadAddress/regulamento_Premio_Sesi_ODS_Versao_Final[71088].pdf)

SILVA, J., ALMEIDA, R.; STROKOVA, V. (2015). **Sustaining employment and wage gains in Brazil**: A skills and jobs agenda: World Bank Publications.

UGT (2016). **UGT atende ao chamado da ONU e lança jornada sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável e trabalho decente no País**. Disponível em: <http://www.sinteata.com.br/2015/acao/ugt-atende-ao-chamado-da-onu-e-lanca-jornada-sobre-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-e-trabalho-decente-no-pais>.

VALOR ECONÔMICO. **Chanceler implanta guinada antiglobalista**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6060077/chanceler-implanta-guinada-antiglobalista>

World Bank. (annual %), **Brazil**: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.GDP.growth.KD.ZG?contextual=default&end=2013&locations=BR&start=2003>.